

Estudo e Planejamento

2019

ANEXO 5 PRÁTIS PEDAGÓGICA

PROFESSORES DAS ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE
EDUCAÇÃO ESPECIAL

APRENDIZAGEM
EM FOCO

5.6 A PRÁXIS PEDAGÓGICA

As Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial estão amparadas pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, credenciadas e autorizadas a ofertar:

- a) Educação Infantil – Estimulação Essencial e Educação Pré-Escolar;
- b) Ensino Fundamental – anos iniciais e;
- c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I.

a) **Educação Infantil** – Estimulação Essencial e Educação Pré-Escolar:

A **Estimulação Essencial**: é um atendimento especializado, preventivo, destinado às crianças com problemas evolutivos decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais. O trabalho especializado (ação) realizado pelo professor também é denominado de **estimulação precoce**.

A Proposta Pedagógica Curricular deverá prever:

- **Atendimento por Cronograma (preferencialmente)**: estimulação das áreas do desenvolvimento¹ (cognitiva, psicomotora e socioafetiva).
- **Atendimento em Turmas**: estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva), acrescido da formação pessoal, social e conhecimento do mundo.

A Estimulação Essencial tem como objetivo o desenvolvimento integral dos aspectos físicos, psicológicos, sociais e culturais, priorizando a construção harmônica do desenvolvimento da primeira infância.

Para a ação pedagógica, os procedimentos de intervenção são orientados pela equipe multiprofissional (médico, psicólogo, fisioterapeuta entre outros), de acordo com as individualidades e necessidades de cada criança.

A ação pedagógica no curso de **Estimulação Essencial** deve ser estruturada para um atendimento sistemático à criança e à família.

Recomenda-se para crianças de:

- Zero a dois anos atendimento individual, de 20 a 40 minutos com trabalho de estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva) com a presença da mãe.
- A partir de dois anos, ampliar gradativamente o tempo, inserir a criança em pequenos grupos e complementar o atendimento com as áreas curriculares.

¹ Áreas do Desenvolvimento – os conceitos a serem trabalhados nestas áreas encontram-se discriminados no anexo do documento “Avaliação de Ingresso dos Estudantes das Escolas Especializadas do Estado do Paraná - Volume 5.

Na **Educação Pré-Escolar** nas escolas especializadas o currículo é o mesmo utilizado nos Centros de Educação Infantil municipais e/ou privados, prevendo os ajustes necessários para atender às necessidades do estudante e estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva) que estão defasadas.

Os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem considerar o contexto e as características dos estudantes, observando o disposto no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cujos princípios sejam:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p.2).

De acordo com os referidos documentos, estes princípios se complementam e expressam uma formação fundamentada na integralidade do ser humano e social.

Além disto, a Proposta Pedagógica Curricular de cada instituição deve ter como eixo:

- Formação pessoal, social e conhecimento do mundo.
- Continuidade e reforço da estimulação essencial/precoce, enfatizando também a independência nas atividades da vida diária (AVD's) e a construção cognitiva voltada para a funcionalidade humana.

Obs.: Recomenda-se que as crianças de quatro e cinco anos sejam atendidas no curso **Educação Pré-Escolar** por cronograma, ou seja, uma matrícula na escola especializada e outra no Centro de Educação Infantil.

O professor regente da Educação Infantil (Estimulação Essencial e Educação Pré-Escolar) deve elaborar um Plano de Trabalho Docente, contendo planejamento individualizado, a partir das necessidades da criança, descritas no relatório de avaliação de ingresso e nos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil.

A Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC assegura que a escola deve garantir à criança seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, principalmente no espaço escolar:

CONVIVER, BRINCAR, PARTICIPAR, EXPLORAR, EXPRESSAR E CONHECER-SE

CONVIVER: É a convivência em grupos, sejam grandes ou pequenos, com pessoas de idades diversas e com o uso de linguagens variadas, que amplia o (re) conhecimento de si mesmo e do outro. Isto vai instrumentalizar os pequenos para conviver com diferenças pessoais e culturais.

BRINCAR: A diversidade de formas, espaços, tempos e parceiros de brincadeira, sejam crianças ou

adultos, ampliam e diversificam as possibilidades de acesso a produções culturais. É preciso valorizar a participação e as contribuições das crianças nas brincadeiras. Isso vai estimular o desenvolvimento do conhecimento, a criatividade e a imaginação. Nas brincadeiras também ocorrem experiências emocionais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais importantes para o desenvolvimento das crianças.

PARTICIPAR: As crianças precisam participar ativamente do planejamento da gestão da escola e das atividades cotidianas, com adultos e com outras crianças. Mas, como? A escolha das brincadeiras, de materiais e de ambientes auxiliam no desenvolvimento de diferentes linguagens e na elaboração do conhecimento. Isso prepara a criança para fazer escolhas, tomar decisões e posições, contribuindo com seu desenvolvimento.

EXPLORAR: A arte, a escrita, a ciência e a tecnologia, como modalidades de cultura, permitem que as crianças possam explorar, dentro e fora da escola, “movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos e elementos da natureza”, de modo a ampliar seus conhecimentos (BRASIL, 2017, p. 34).

EXPRESSAR: Por meio de diferentes linguagens, a criança deve expressar “suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, [e] questionamentos”. Assim, poderá aprender e desenvolver características que a tornem “sujeito dialógico, criativo e sensível” (BRASIL, 2017, p. 34, *passim*).

CONHECER-SE: A partir do conhecer-se é que a criança construirá sua própria identidade, englobando os campos pessoal, social e cultural. Portanto, é preciso constituir uma imagem positiva de si mesmo, além daqueles que fazem parte de seus “grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário” (BRASIL, 2017, p. 34).

A Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC aposta que esses direitos garantem uma concepção de criança como ser observador, questionador, capaz de levantar hipóteses, concluir, julgar e assimilar valores. Isto contribui para que possa construir seus conhecimentos a apropriar-se deles de forma sistematizada, “por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [e] não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, reitera a importância e necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola” (BRASIL, 2017, p. 35).

Estes seis direitos são essenciais para que a criança ou estudante possa construir campos de experiência que de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC são cinco campos específicos que norteiam o desenvolvimento das ações pedagógicas:

1. O eu, o outro e o nós
2. Corpo, gestos e movimentos
3. Traços, sons, cores e formas
4. Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação (Oralidade e escrita)
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Em cada campo de experiência há expectativas de aprendizagem:

1. O EU, O OUTRO E O NÓS, neste campo, espera-se que a criança saiba respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional.
2. CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS, aqui uma das expectativas é de que o estudante utilize

o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio. E assim por diante.

3. **TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS**, neste quesito observa-se a importância de oportunizar às crianças desde bebês a exploração de diversos tipos de materiais, recursos tecnológicos e de multimídia, realizando suas produções com gestos, sons, traços, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, de modo singular, inventivo e prazeroso, desenvolvendo sua sensibilidade para que possam constituir sua identidade pessoal e social, por meio destas interações.

É de suma importância que o profissional que atua na Educação Infantil tenha conhecimento das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva), de acordo com as teorias cognitivas, por isso, foram inseridos, nas referências deste material, alguns sites e/ou livros que poderão servir como orientadores para a ação pedagógica a ser realizada pelos profissionais que atuam nas escolas especializadas.

O Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações evidencia que a Educação Infantil não pode ser dissociada do Ensino Fundamental, o qual deve dar continuidade aos estímulos de aprendizagem já iniciados.

b) Ensino Fundamental:

O Ensino Fundamental nas escolas especializadas oferta escolarização ao longo de 10 anos, organizado em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo composto de quatro etapas e o segundo ciclo em seis etapas, que correspondem respectivamente ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Escola Comum.

O Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, propõe que o ensino por ciclo na escola especializada, ocorra de forma flexível, pois permite maior tempo ao professor para trabalhar os conteúdos curriculares em um processo contínuo e sem interrupções. Nesta organização a promoção dos estudantes para o ano letivo subsequente é automática e permite ao professor dar continuidade ao processo de aprendizagem de acordo com o nível de conhecimento acadêmico e habilidades adaptativas.

A **Proposta Pedagógica Curricular** – PPC² é o documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Na etapa do Ensino Fundamental a Proposta Pedagógica Curricular - PPC é centrada na **alfabetização/letramento**, ou seja, no mundo da leitura, escrita e cálculos matemáticos, ainda, prevê a estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva).

² A orientação para elaboração da PPC encontra-se no documento “Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná - Volume 4”.

Para elaboração deste documento tem-se como referência a proposta (conteúdos) dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental Comum, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, Literatura, Música e demais Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, História, Geografia e de Ensino Religioso com medidas de ajustes de temporalidade e com adaptação de objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação.

As referências pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná, apresentadas no Volume 4, para a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular – PPC, subdivide-se em ciclos e etapas e oferece ao professor uma base sequencial de conteúdos de primeiro e segundos anos que compõem os dez anos dos dois ciclos.

O Atendimento Pedagógico nas escolas especializadas, amparadas pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 e pelo Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, é de **unidocência**, ou seja, as aulas deverão ser ministradas por um professor regente que desenvolva o trabalho pedagógico em todas as áreas do conhecimento, com exceção, das disciplinas de Educação Física e Arte, cujos docentes deverão ter licenciatura específica.

No processo de alfabetização entende-se que cada estudante tem seu próprio ritmo de aprendizagem e necessita de atividades pedagógicas que correspondam ao seu nível cognitivo e de experiências, assim não se admite que o grupo de estudantes que compõe uma turma seja considerado como um bloco homogêneo, ou seja, todos com as mesmas características de aprendizagem. Por este motivo, o professor regente deve fazer um Plano de Trabalho Docente, a partir da Proposta Pedagógica Curricular - PPC, contendo um planejamento (elaboração do Plano de Atendimento Individualizado – PAI) para cada um dos estudantes, respeitando seus ritmos, particularidades e nível de conhecimento.

Assim, mesmo tendo como base um referencial sequencial de conteúdos, é responsabilidade do professor utilizá-lo de forma comedida, não tornando-o num material rígido e/ou engessado, mas totalmente flexível, de forma a acompanhar o compasso de cada estudante.

No Ensino Comum, a principal mudança para o Ensino Fundamental, apontado na Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC e acentuado pelo Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações é a exigência de apropriação da leitura e escrita por todas as crianças que concluírem o segundo ano, as quais deverão ser capazes de ler e escrever, com autonomia e fluência. Dentre as prescrições, os estudantes deverão aprender também conteúdos de estatísticas e probabilidades.

Na Matemática, ao concluírem o 2º ano, os estudantes deverão ser capazes de coletar, classificar e representar dados em tabelas simples e em gráficos de colunas, além de classificar eventos cotidianos como pouco ou muito prováveis, improváveis e impossíveis.

Na escola especializada, os profissionais deverão concentrar-se principalmente na leitura, escrita e matemática básica, ou seja, reconhecer e saber contar em sequência numérica.

Para o Ensino Fundamental foram definidas **competências específicas de área**, para cada uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas).

Nas Linguagens:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica e social e o seu caráter constitutivo de organização e significação da realidade.
2. Reconhecer as linguagens como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social.
3. Desenvolver visão crítica das linguagens, tendo por base o estudo da natureza, gênese e função delas para operar com a pluralidade das formas de expressão.
4. Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas, prevendo a coerência de sua posição e a dos outros, para partilhar interesses e divulgar ideias com objetividade e fluência diante de outras ideias.
5. Reconhecer as linguagens como parte do patrimônio cultural material e imaterial de uma determinada coletividade e da humanidade.
6. Respeitar e preservar as diferentes linguagens, utilizadas por diversos grupos sociais, em suas esferas de socialização.
7. Usufruir do patrimônio linguístico, artístico e de práticas corporais nacionais e internacionais, com suas diferentes visões de mundo, pelo acesso ao acervo e possibilidades de construção de categorias de diferenciação, apreciação e criação.
8. Interagir pelas linguagens, em situações subjetivas e objetivas, inclusive aquelas que exigem graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos de interlocutores, como as próprias do mundo do trabalho, colocando-se como protagonista no processo de produção/compreensão, para compartilhar os valores fundamentais de interesse social e os direitos e deveres dos cidadãos, com respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Na Matemática:

1. Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e atuar no mundo, reconhecendo também que a Matemática, independentemente de suas aplicações práticas, favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do espírito de investigação e da capacidade de produzir argumentos convincentes.
2. Estabelecer relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística, Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento e comunicá-las por meio de representações adequadas.
3. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
4. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens: gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna.
5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais, de outras áreas do conhecimento, validando estratégias e resultados.
6. Agir individual ou cooperativamente com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, no desenvolvimento e/ou discussão de projetos, que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
7. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar

aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

8. Sentir-se seguro da própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

9. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

Nas Ciências da Natureza:

1. Compreender as ciências como empreendimento humano, reconhecendo que o conhecimento científico é provisório, cultural e histórico.

2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas e socioambientais e do mundo do trabalho.

3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, tecnológico e social, como também às relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas e buscar respostas.

4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e da tecnologia e propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis, negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

6. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza.

7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Nas Ciências Humanas:

1. Reconhecer a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural.

2. Compreender eventos cotidianos e suas variações de significado no tempo e no espaço.

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural.

4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas.

5. Comparar eventos ocorridos, simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.

6. Compreender os conceitos históricos e geográficos para explicar e analisar situações do cotidiano e problemas mais complexos do mundo contemporâneo e propor soluções.

7. Reconhecer e fazer uso das linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

A área das linguagens abriga os seguintes componentes curriculares: **Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte**, para os quais são definidas competências específicas do componente.

Em **Língua Portuguesa** as competências são:

1. Reconhecer a língua como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
3. Demonstrar atitude respeitosa diante de variedades linguísticas, rejeitando preconceitos linguísticos.
4. Valorizar a escrita como um bem cultural da humanidade.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequado à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero textual.
6. Analisar argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação de valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos e interesses pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Ler textos que circulam no contexto escolar e no meio social com compreensão, autonomia, fluência e criticidade.
10. Valorizar a literatura e outras manifestações culturais como formas de compreensão do mundo e de si mesmo.

Em **Arte** as competências são:

1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e de diversas sociedades, em distintos tempos e contextos, para reconhecer e dialogar com as diversidades.
2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.
3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e na cultura brasileiras –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.
4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.
5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.

9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

Em **Educação Física** as competências são:

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
3. Considerar as práticas corporais como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social.
4. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
5. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
6. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
7. Interpretar e recriar os valores, sentidos e significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
8. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, com base na análise dos marcadores sociais de gênero, geração, padrões corporais, etnia, religião.
9. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
10. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
11. Utilizar, desfrutar e apreciar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

A área das **Ciências Humanas** abriga os componentes curriculares de **História** e **Geografia**, cujas competências específicas são:

Em **Geografia**:

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico e entre distintas áreas do currículo escolar, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

4. Desenvolver o pensamento espacial, exercitando a leitura e produção de representações diversas (mapas temáticos, mapas mentais, croquis e percursos) e a utilização de geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos democráticos, sustentáveis e solidários.

Em História:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e Compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

E... Como alfabetizar Estudantes com Deficiência Intelectual?

De acordo com a professora Cláudia Mara³, criadora do Método Desafios do Aprender - ABACADA: “alfabetizar alunos DI (deficiência intelectual) é um desafio para a escola e também

³ Cláudia Mara da Silva é professora aposentada da rede municipal de ensino de Curitiba, atuou em escolas especializadas e no decorrer de sua vida profissional desenvolveu um método de alfabetização fonovisoarticulatório específico para estudantes com deficiência intelectual denominado de “Desafios do Aprender”, mas comumente conhecido como ‘ABACADA’.

para o professor que precisa aceitar esse desafio, o primeiro passo é despertar nesses alunos o desejo de aprender a ler e escrever, condição básica para que o aprendizado aconteça”.

Na escola especializada é muito importante também o professor diferenciar letramento e alfabetização, pois alguns estudantes conseguirão chegar à alfabetização e outros irão além, conseguindo chegar ao letramento.

Conforme Soares (1998), esses conceitos se mesclam e se confundem. Estes processos estão interligados, mas são específicos. Assim: alfabetizar é ensinar o código alfabético, letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e escrita, ou seja, é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever.

Para ensinar o código linguístico é necessário apostar no estudante, mas escolher um método de alfabetização também é de grande relevância, a professora Cláudia Mara explica que se um aluno é exposto a um determinado método num ano e no ano seguinte a próxima professora trabalha com outro método, sem concluir o processo de alfabetização, os estudantes desta turma retornarão ao ponto de início e a cada ano será um recomeçar, por isso a escolha do método pode levar mais rapidamente ao caminho chamado ALFABETIZAÇÃO.

Foi pensando nesse caminho que o Departamento de Educação Especial - DEE de 2015 até 2018 tem enfatizado a importância do colegiado escolar em buscar um método que melhor se adapte aos profissionais da escola e aos estudantes da mesma, elegendo para as Semanas Pedagógicas um estudo direcionado para os Métodos de Alfabetização, pois é necessário conhecer as bases teóricas e pedagógicas de cada método para traçar as metas a que se pretende chegar.

Os métodos de alfabetização usualmente são divididos em sintéticos ou analíticos.

Segundo Mortatti (2006, p.4),

[...] métodos de marcha sintética (da 'parte' para o 'todo'): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes as letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, a cópias, ditados e formação de frases, enfatizando o desenho correto das letras.

Os métodos Sintéticos podem ser: ALFABÉTICO ou SOLETRATIVO, FÔNICO e SILÁBICO.

Método alfabético: tem como princípio a leitura a partir da decoração oral das letras do alfabeto. A principal crítica a este método está relacionada à repeti o de exercícios.

Método f nico: consiste no aprendizado através de associa o entre fonemas e grafemas, ou seja, sons e letras baseando-se no ensino do código alfabético.

Método silábico: a aprendizagem é realizada por meio de leitura mecânica do texto, decifração das palavras. Nesse método as cartilhas são utilizadas para orientar os alunos e são usados fonemas e seus grafemas.

Para os defensores do método **analítico**, a leitura é um ato global e audiovisual. Assim, o ensino da leitura inicia-se a partir de frases, depois de palavras e por último às sílabas.

Este método subdivide-se em:

Palavração: neste caso a essência está na palavra, como um todo, para que de forma natural a criança vá aprendendo e reconhecendo os sons.

Sentencição: a unidade inicial do aprendizado é a frase, que depois é dividida em palavras, de onde são transcritas as sílabas, ou seja, este método parte do todo para as partes.

Global: onde são apresentadas estruturas inteiras de textos com começo, meio e fim.

De acordo com pesquisas realizadas, os professores que atuam como regentes nas escolas especializadas, em geral, são formados nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo que a maioria não tem formação específica para a alfabetização. Partindo deste pressuposto, a SEED/DEE considerou de suma relevância proporcionar a estes profissionais uma formação voltada para o conhecimento de alguns métodos de alfabetização, pelo menos os mais utilizados nas Escolas Especializadas, como: Montessori, Boquinha, ABACADA, entre outros. Assim, nas Semanas Pedagógicas foram resgatados os estudos sobre os Métodos, conforme tabela a seguir:

Fevereiro de 2015	Reinventando a Alfabetização
Julho de 2015	Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional (A Escolarização na)
Fevereiro de 2016	A escola que tínhamos, a que temos e a que queremos...
Julho de 2016	Alfabetização e Deficiência Intelectual Método "Abacada".
Fevereiro de 2017	Método das Boquinhas
Julho de 2017	Ampliando os estudos sobre os métodos: Método Montessori
Fevereiro de 2018	Método Teacch

Segundo Piaget (2003), as crianças aprendem em seu próprio ritmo e por meio de seus próprios interesses, logo, na sala de aula há uma diversidade de estudante, para os quais os planejamentos dos professores devem ser diferenciados para adequar-se aos modos individuais

de aprendizagem. O método pode ser o mesmo, mas a forma de apresentá-lo para cada estudante é que será diferenciado.

Para elaborar planos de atendimentos diferenciados, faz-se necessário que o profissional da educação seja um assíduo leitor, por essa razão, todo o material acima indicado, poderá fazer parte do acervo de consulta de cada um, pois os mesmos encontram-se disponíveis no portal educacional www.educacao.pr.gov.br/index.php.

c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I

Para atuar na Educação de Jovens e Adultos – Fases I da escola especializada, os professores são orientados a articular os conteúdos acadêmicos com situações e/ou termos utilizados na prática das atividades desenvolvidas nas Unidades Ocupacionais em que seus estudantes se encontram matriculados, para não destoar dos pressupostos teóricos que balizam os documentos da Educação de Jovens e Adultos – Fase I, ofertada no Ensino Regular, quanto ao respeito pela vivência e experiência que os estudantes trazem de seus espaços sociais.

Esta orientação visa também demarcar para o estudante a transição do universo infanto-juvenil para o mundo do jovem e adulto, incentivando a formação de atitudes autônomas, projetando-o no meio social e político, assegurando-lhe a participação na sociedade e estimulando-o a vivenciar possibilidades de escolhas e de responsabilidades para que se torne protagonista de sua própria história de vida.

De acordo com o Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, a escola especializada, a partir do ano de 2019, passa a ofertar a Educação de Jovens e Adultos – Fase I, articulada ou não às duas Unidades Ocupacionais, visando melhor atender aos grupos de estudantes público-alvo desta instituição.

Com o objetivo de regularizar as atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas especializadas que trabalham com base no currículo funcional, a partir do ano de 2019 estas instituições poderão escolher trabalhar com o currículo formal, com o currículo funcional e/ou com os dois currículos simultaneamente a depender do público matriculado.

Para tanto, convém relembrar o conceito de currículo. Entre tantas definições, verifica-se que de acordo com Libâneo (2001) o currículo é:

O conjunto dos vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelo processo de escolarização, mas também, aqueles valores, comportamentos, atitudes, que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos e no recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora de currículo real, ora de currículo oculto (LIBÂNEO, 2001, p.101).

c.1) Currículo da Base Nacional Comum (Currículo Formal)

Para os estudantes jovens, adultos e/ou idosos que apresentam condições para a aprendizagem de conteúdos acadêmicos, habilidades e competências para desenvolver

atividades de escolarização e de ocupação, a escola deverá elaborar o currículo de acordo com as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná e no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. Este currículo (formal) é o mesmo utilizado nas escolas de Educação de Jovens e Adultos – Fase I comum, com as adaptações de temporalidade de que os estudantes necessitam.

UNIDADE OCUPACIONAL ARTICULADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FASE I ⁴

Esta oferta é destinada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos – Fase I e compõe-se de 02 unidades ocupacionais:

- UNIDADE OCUPACIONAL DE **PRODUÇÃO**
- UNIDADE OCUPACIONAL DE **FORMAÇÃO INICIAL**

Estas Unidades Ocupacionais serão articuladas à Educação de Jovens e Adultos – Fase I e sua oferta se dará para os estudantes, cujo comprometimento intelectual e desempenho cognitivo permitam a realização das atividades propostas para este atendimento elencadas no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, com as mudanças que se fizeram necessárias para adequar-se ao Parecer CEE/Bicameral nº 128/18:

- **Unidade Ocupacional de Produção** – ofertar diferentes atividades formativas e de organização de instruções das diferentes formas de aprimoramento ocupacional.
- **Unidade Ocupacional de Formação Inicial** – ofertar conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais, a partir de atividades de ocupação, com objetivo de incluí-los socialmente, por meio do trabalho desenvolvido, tanto na escola como no mundo do trabalho.

O Estudante matriculado na Educação de Jovens e Adultos – Fase I, atendido pelo currículo formal, deverá obrigatoriamente frequentar uma das Unidades Ocupacionais propostas.

Para este grupo de estudantes o atendimento ofertado deve ser de forma coletiva, pois eles devem estar agrupados em turmas. A organização pedagógica se dá em ciclo único e não por seriação, desta forma, em uma mesma turma, na maioria das vezes, haverá estudantes de diferentes níveis de aprendizagem. Por exemplo: uma turma poderá ser composta por estudantes que estão em nível de 1º ano, outros de 2º ano e assim por diante.

⁴ No Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 havia três unidades ocupacionais, neste Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, a unidade de qualidade de vida foi suprimida, bem como o termo Educação Profissional.

A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) da Educação de Jovens e Adultos – Fase I deve oportunizar o acesso à alfabetização e aos conteúdos formais das três áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza, bem como, ainda, o desenvolvimento de habilidades básicas referentes às Unidades Ocupacionais. A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) deve ser elaborada para um ciclo único, contendo conteúdos do 1º ao 5º ano, oferecendo ao professor um referencial para elaboração de seu planejamento individualizado.

A exemplo do Ensino Fundamental, o atendimento pedagógico na Educação de Jovens e Adultos – Fase I também deve ser de **unidocência**, onde um professor regente é o responsável por trabalhar os conteúdos das diferentes disciplinas, com exceção de Arte e Educação Física.

No Plano de Trabalho Docente – PTD, o professor deve prever um trabalho individualizado com seus estudantes, onde a ação pedagógica é planejada, respeitando-se a singularidade desses estudantes. Ressalta-se que o trabalho individualizado orientado para as Escolas Especializadas **não significa um professor para atender um único estudante**, prática não recomendada na pedagogia, pois de acordo com as teorias de aprendizagem e práticas escolares, os estudantes com e sem deficiências aprendem na interação com seus pares, ou seja, no coletivo.

A Proposta Pedagógica Curricular – PPC das Unidades Ocupacionais deverá sistematizar suas atividades em duas Unidades Ocupacionais – U.O. de Produção e de Formação Inicial, com a finalidade de avaliar, na esfera de educação escolar e Unidades Ocupacionais, desenvolver atitudes participativas, cooperativas e o senso crítico, permitindo ao estudante conviver na sociedade de forma mais engajada possível, consciente de seus direitos e deveres sociais.

Orientação para formação das turmas de Educação de Jovens e Adultos – Fase I, articulada às Unidades Ocupacionais:

Para a formação das turmas na Educação de Jovens e Adultos – Fase I articulada às Unidades Ocupacionais a equipe pedagógica da escola deverá considerar as particularidades habilidades, potencialidades e quadro clínico de cada estudante.

Observe:

Unidade Ocupacional de Produção: Estudantes, jovens e adultos, que apresentam condições de realizar, com segurança, operações descritas em ocupações e que necessitam do acompanhamento sistemático para o aprimoramento do desempenho, podendo avançar para a Unidade Ocupacional de Formação Inicial ou permanecer nessa Unidade em processo contínuo.

Unidade Ocupacional de Formação Inicial: Adolescentes, jovens e adultos, com conhecimentos sobre organização e hierarquia, formação inicial para o mundo do trabalho, iniciativa, emancipação econômica e pessoal, os quais poderão ser encaminhados para outros centros formadores para aperfeiçoamento.

Obs.: Assim, o tipo de Unidade Ocupacional dependerá das condições pedagógicas e clínicas dos estudantes que a escola atende; haverá escolas que terão apenas um tipo de unidade ocupacional, outras que terão os dois tipos.

Diante desta nova reestruturação, sugerimos algumas organizações de quadro horário para a Educação de Jovens e Adultos – EJA – Fase I, articulada às unidades ocupacionais:

Quadro IX

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente 1	Regente 1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Regente1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Regente1	Ed. Física
Unidade Ocupacional Regente 2	Arte	Regente1	Regente1	Regente1
Unidade Ocupacional Regente 2	Ed. Física	Regente1	Regente1	Regente1

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Obs: Neste caso descrito no quadro IX, a turma tem atividades ocupacionais concentradas em um único dia da semana, sob a orientação do docente regente2.

Quadro X

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Ed. Física
Unidade Ocupacional Regente 2	Arte	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1
Unidade Ocupacional Regente 2	Ed. Física	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1

Obs: Neste caso, descrito no quadro X a turma tem atividades ocupacionais desenvolvidas em dois dias na semana, sob a orientação dos docentes regente1 e regente2, oportunizando duas atividades diferenciadas, por exemplo: o regente 1 trabalha com tear e o regente 2 com jardinagem, mas nada impede que os dois desenvolvem a mesma atividade, um dando continuidade ao trabalho do outro, por exemplo: jardinagem (que necessita de mais dias na semana).

Quadro XI

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente 1	Arte
Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Arte
Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Ed. Física
Arte	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Regente1
Ed. Física	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Regente1

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Quadro XII

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Unidade Ocupacional Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Arte	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 2
Unidade Ocupacional Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Ed. Física	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1
Arte	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente 1
Arte	Regente 1	Regente 1	Regente1	Regente1
Ed. Física	Regente 1	Regente 1	Regente1	Regente1

--	--	--	--	--

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Obs: No quadro XII, apresenta-se uma distribuição que pode ser realizada, no entanto, não é recomendável, uma vez que pode desorganizar os estudantes com tanta mudança de profissional no mesmo dia letivo. Mas se houver necessidade para que a escola possa se organizar, este formato também será aceito.

É importante destacar que a carga horária da unidade ocupacional pode ser inferior à carga horária da EJA (demonstrado no quadro 1), não sendo permitido que a carga horária da Unidade Ocupacional se sobreponha à carga horária da EJA, mas pode ser equivalente, como demonstrado no quadro 2.

Importa ressaltar que o Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 reiterou a oferta da EJA do 1º ao 5º ano nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, dissociando da Educação Profissional, preservando as atividades desenvolvidas nas unidades ocupacionais, as quais são articuladas à Educação de Jovens e Adultos – Fase I, no entanto, as ‘mantenedoras’ das escolas especializadas têm a prerrogativa de contemplar a Educação Profissional, no formato que preferir, em seus programas de atendimento, desde que os estudantes realizem tais atividades **no contraturno de escolarização**.

c.2) Currículo Funcional

Para os estudantes jovens, adultos e/ou mais idosos, cujas deficiências intelectuais e/ou transtornos estejam sujeitos à comorbidades, a escola deverá elaborar uma proposta de trabalho balizada nos fundamentos expressos no Currículo Funcional, de acordo com as necessidades, habilidades e possibilidades dos estudantes, para isto é necessário que a escola contemple em seu Projeto Político-pedagógico as premissas e fundamentação teórica do Currículo Funcional. Estes estudantes poderão ser atendidos **preferencialmente por cronograma**, de acordo com sua tolerância para as atividades e rotinas escolares e a organização de cada unidade escolar.

Mas.... Por quê um Currículo diferenciado?

Porque os estudantes com graves comprometimentos têm direito a um currículo diferenciado, como já previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial – DCNEE – que propõe que:

para os alunos com graves comprometimentos mentais ou múltiplos que não puderem se beneficiar do currículo comum, o desenvolvimento de currículo funcional para atender as necessidades práticas da vida. O currículo e a avaliação funcional têm o sentido de buscar meios úteis e práticos para favorecer o desenvolvimento das competências sociais: o acesso ao conhecimento, à cultura e às atividades valorizadas pela comunidade para a inclusão social desses alunos. (BRASIL 2001)

O que é este tal de Currículo Funcional?

Iniciando os estudos sobre o CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL

O Currículo Funcional foi desenvolvido para estudantes com deficiência intelectual acentuada, visando à melhoria da qualidade de vida desses estudantes, proporcionando atividades promotoras das habilidades essenciais, para torná-los independentes, autônomos e produtivos.

De acordo com Suplino (2005)

O Currículo Funcional Natural (CFN) surgiu no início da década de setenta, quando um grupo de pesquisadores na Universidade do Kansas discutiu e propôs um currículo para ser utilizado com crianças com desenvolvimento típico na faixa etária de quatro a cinco anos. Esse currículo propunha desenvolver habilidades que levassem as crianças a atuarem da melhor forma possível dentro do seu ambiente, tornando-as mais independentes e criativas, aumentando as respostas adaptativas e diminuindo os comportamentos que tornassem as crianças menos integradas.

Para LeBlanc (1992) “um currículo para uma pessoa com deficiência intelectual deverá estar centrado no ensino de habilidades, que tornam o aluno mais independente e produtivo e conseqüentemente mais socialmente aceito⁵”.

LeBlanc (1992, p. 2) afirma ainda que, o currículo Funcional Natural é elaborado de forma individualizada, de acordo com a realidade e as necessidades de cada estudante, e sua construção deve estar baseada em três eixos:

- a) As necessidades atuais e futuras do aluno como o determina seu meio de vida.
- b) Informação e as habilidades que o aluno precisa apreender logo, de acordo com análise do que ele já tenha aprendido.
- c) As habilidades e incapacidades dos alunos, os quais estão determinados pela ação da resposta anterior do aluno nos meios educacionais.

⁵ O termo ‘socialmente aceito’ no período em que o texto foi elaborado (1992) estava de acordo com o Paradigma da Integração, vigente naquele momento. Atualmente no Paradigma da Inclusão pode-se interpretar como pessoa incluída na sociedade.

Para a realização deste Currículo Funcional Natural – CFN, Suplino (2005) apresenta alguns elementos fundamentais:

- a) A pessoa como Centro: olhar o estudante com deficiência para além de suas deficiências, dificuldades e/ou limitações.
- b) Concentração nas habilidades: perceber as habilidades e as potencialidades dos estudantes.
- c) Todos podem aprender: o professor deve observar a forma e ritmo de cada estudante, pois todos aprendem, mas cada um do seu jeito e no seu tempo.
- d) O intercâmbio entre família e escola: sem o qual não há como o estudante praticar em casa, ou em outros ambientes, o que aprendeu na escola.

De acordo com Falvey, 1982, quando uma atividade proporcionada ao estudante é funcional, o mesmo conseguirá desempenhá-lo sozinho. Caso a resposta não seja positiva, a atividade proposta não é funcional.

Sheivin & Klein (1984 *apud* Cerqueira, 2011) explica que no Currículo Funcional é fundamental a oportunidade de se fazer escolhas, tomar decisões e expressar preferências, para o quê devem ser considerados três contextos:

1. Atividades de Classe planejadas para o desenvolvimento de habilidades específicas de escolha;
2. Integração das oportunidades de fazer escolhas durante o período escolar através das diferentes áreas curriculares;
3. Provisão de oportunidades dentro e fora da escola para o aluno vivenciar os benefícios e consequências das escolhas feitas.

Analisando a literatura acadêmica, foi considerado que o Currículo Funcional poderá proporcionar mais benefícios para os estudantes, com deficiência intelectual, múltiplas deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento com graves comprometimentos, matriculados nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial. Na prática, esta realidade já era vivenciada nas Escolas Especializadas, mas a partir de agora, torna-se regular, pois que deverá constar do Projeto Político-Pedagógico – PPP das instituições que adotam esta linha curricular.

Importa destacar que quando se trabalha com o Currículo Funcional, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) enfatizam que:

Tanto o currículo como a avaliação devem ser funcionais, buscando meios úteis e práticos para favorecer: o desenvolvimento das competências sociais; o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade; e a inclusão do aluno na sociedade (BRASIL, 2001, p. 58).

Para a realização do trabalho pedagógico no atendimento aos estudantes beneficiados pelo atendimento do Currículo Funcional por cronograma, elaborou-se algumas possibilidades de organização de grade horária:

Para os estudantes atendidos por cronograma contemplar ao menos uma aula de Educação Física e uma aula de Arte na semana.

Quadro XIII

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	De 15 em 15 dias	
				Sexta-feira	Sexta-feira
Aluno A	Aluno K	Aluno A	Aluno J	Aluno A	Aluno J
Aluno B	Aluno L	Aluno B	Aluno K	Aluno B	Aluno K
Aluno C	Aluno M	Aluno C	Aluno L	Aluno C	Aluno L
Aluno D	Aluno N	Aluno D	Aluno M	Aluno D	Aluno M
Aluno E	Aluno O	Aluno E	Aluno N	Aluno E	Aluno N
Aluno F	Aluno P	Aluno F	Aluno O	Aluno F	Aluno O
Aluno G	Aluno Q	Aluno G	Aluno P	Aluno G	Aluno P
Aluno H	Aluno R	Aluno H	Aluno Q	Aluno H	Aluno Q
Aluno I	Aluno M	Aluno I	Aluno R	Aluno I	Aluno R
Aluno J	Aluno N	Aluno J	Aluno N	Aluno J	Aluno N

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Quadro XIV

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	
				Antes do intervalo	Após o intervalo
Aluno A	Aluno J	Aluno A	Aluno J	Aluno A	Aluno J
Aluno B	Aluno K	Aluno B	Aluno K	Aluno B	Aluno K
Aluno C	Aluno L	Aluno C	Aluno L	Aluno C	Aluno L
Aluno D	Aluno M	Aluno D	Aluno M	Aluno D	Aluno M
Aluno E	Aluno N	Aluno E	Aluno N	Aluno E	Aluno N
Aluno F	Aluno O	Aluno F	Aluno O	Aluno F	Aluno O
Aluno G	Aluno P	Aluno G	Aluno P	Aluno G	Aluno P
Aluno H	Aluno Q	Aluno H	Aluno Q	Aluno H	Aluno Q
Aluno I	Aluno R	Aluno I	Aluno R	Aluno I	Aluno R

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

8

C

om a possibilidade de

inserção dos dois currículos, o formal e o funcional, nos Projetos Político-Pedagógico - PPP das escolas especializadas, abre-se uma ampla gama de possibilidades, de atividades e de recursos para a preparação e desenvolvimento dos Planos de Trabalho Docentes – PTD, para aqueles que atuam com os estudantes mais comprometidos, além de possibilitar que as atividades que antes estavam contidas na Unidade Ocupacional de Qualidade de Vida continuem a ser realizadas, sem o encargo que trazia sob a denominação de ‘Educação Profissional’.

5.7 O Ensino de Educação Física e Arte como coadjuvantes no processo de Alfabetização de estudantes com deficiências

1- O Ensino da Educação Física

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDBEN 9394/96, no seu Artigo 26, inciso 3º, assegura que “a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica”, ou seja, da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

O Artigo 22 dessa mesma Lei complementa que “a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996)

Em seu Artigo 29 a LDBEN 9394/96 afirma ainda que, “a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando com a ação da família e comunidade”. (BRASIL, 1996)

Na atualidade a Educação Física escolar vem sendo permeada e influenciada pela diversidade de abordagens pedagógicas. Assim, essa multiplicidade de formas de pensar, interpretações e concepções teórico-metodológicas, tendem a oportunizar possibilidades de debates e avanços na Educação Física escolar que visam contribuir significativamente para o desenvolvimento da função social da escola nestes tempos, isto é, auxiliar na formação humana para uma atuação crítica, democrática e transformadora da sociedade e da vida pública. (PARANÁ, 2018, p. 380)

Some-se a isso que o objeto de estudo da Educação Física é a Cultura Corporal cujo conceito

tem como suporte a ideia de seleção, organização e sistematização do conhecimento acumulado historicamente, acerca do movimento humano, para ser transformado em saber escolar. Esse conhecimento é sistematizado em ciclos e tratado de forma historicizada e espiralada. Isto é, partindo do pressuposto de que os estudantes possuem um conhecimento sincrético a respeito da realidade, é função da escola, e neste caso também da Educação Física, garantir o acesso às variadas formas de conhecimentos produzidos pela humanidade, levando os estudantes a estabelecerem nexos com a realidade, elevando-os a um grau de conhecimento sintético. Nesse sentido, o tratamento espiral representa o retomar, integrar e dar continuidade ao conhecimento nos diferentes níveis de ensino, ampliando sua compreensão conforme o grau de complexidade dos conteúdos. (PARANÁ, 2008, p. 44-45 in: PARANÁ, 2018, p. 380)

Compreender a disciplina de Educação Física num contexto mais amplo significa compreender que a disciplina influencia e sofre influência nas interações que são estabelecidas nas relações sociais, políticas, econômicas, religiosas, étnico-raciais, inclusivas, de gênero e culturais dos povos, também mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC. Assim sendo, o Referencial

Curricular do Paraná traz uma grande diversidade de **Objetos de conhecimento** a serem tematizados por meio dessa disciplina e **Objetivos de aprendizagem** organizados em seis **Unidades temáticas** que deverão ser articuladas pelo professor ao longo dos anos do Ensino Fundamental a fim de garantir aos estudantes **Direitos de aprendizagem**. (PARANÁ, 2018, p. 380-382)

De acordo com Godoi, Kobal, e Magalhães (2007) na Educação Infantil, a Educação Física desempenha um papel de relevada importância, pois a criança, nesta fase, está em pleno desenvolvimento das funções motoras, cognitivas, emocionais e sociais, passando da fase do individualismo para a das vivências em grupo. A sala de aula de Educação Física é o espaço propício para um aprendizado através das brincadeiras, desenvolvendo-se os aspectos cognitivos, afetivo-social e emocional, conjuntamente.

O Artigo 30 LDBEN vigente enfatiza que, a Educação Infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade.

O que a Educação Física tem a ver com o processo de Alfabetização?

De acordo com Mattos e Neira (2003, p. 17)

Não há um movimento pelo movimento. **Toda ação tem uma intenção**, seja ela expressiva ou funcional é sempre determinada pela sua dimensão cultural: um jogo, um esporte, uma dança, um trabalho, uma expressão etc., **qualquer gesto é sempre sustentado por um significado**. (grifo nosso)

Para esses autores o local onde se desenvolve a Educação Física (movimentos) deve-se constituir em um espaço pedagógico, onde ludicamente assimilam-se regras, valores, comportamentos e conhecimentos, pois para o profissional dessa disciplina esses movimentos vão além das nomenclaturas de músculos e tendões, de fibras, de força, resistência e velocidade, o gesto é carregado de sentido, significado e intencionalidade.

Visualiza-se assim a cientificidade do trabalho do professor quando se compreende o inculcado na frase “Toda ação tem uma intenção” ressaltando a importância da elaboração do planejamento das aulas, ou seja, o professor da disciplina de Educação Física, com especialização em Educação Especial, assim como os professores regentes, por meio da observação das necessidades das aprendizagens que os estudantes da sua turma apresentam (pré-requisitos para a alfabetização), confecciona seu plano de aula com os objetivos que deverão ser atingidos; levanta hipóteses; prevê as metodologias, recursos didáticos, estratégias, organização de espaços/tempos e formas de avaliação a serem utilizados; e sobretudo, diante dos resultados apontados, se necessário, faz a revisão desse plano de aula.

Durante as brincadeiras/movimentos/jogos nas aulas de Educação Física as crianças são inseridas em situações que se vêem obrigadas a pensar e planejar a sua movimentação (seja fugindo de um pegador, escalando uma montanha imaginária), criar, opinar, escolher, entre outros processos cognitivos (MATTOS e NEIRA, 2003, p. 17).

É preciso compreender o movimento para além do olhar biológico e fisiológico, pois não se pode conceber a movimentação descontextualizada de uma situação de pensar como fazer do ponto de vista das crianças, ou seja, como esse movimento precisa ser trabalhado. (MATTOS e NEIRA 2003, p. 22-23).

Baseados nos estudos de Wallon; Mattos e Neira (2003, p. 22) apontam que o movimento pode ser de três tipos: reflexo, automático e voluntário.

- **Reflexo:** motricidade inata, que é natural desde o momento do nascimento, tem por característica fundamental a existência em função da autopreservação (movimento instintivo, execução de um movimento reflexo que independe da vontade e do comando cerebral, devido à rápida reação à informação. A decisão nesse caso é tomada pela medula óssea, o cérebro não tem participação (importância da intervenção nas turmas de estimulação precoce/essencial).
- **Voluntário:** motricidade que exige o estabelecimento de um plano de ação, tomada de decisão em nível de córtex cerebral, o planejamento da ação motora, a avaliação dos resultados acumulando-os em forma de experiência.
- **Automático:** segunda etapa do movimento voluntário, este se repetido uma quantidade considerável de vezes (movimento experiente) realiza uma migração cerebral sai do córtex e penetra na região subcortical, desocupando espaço no córtex possibilitando estabelecer novos planos de ação motora mais avançados.

Em suas pesquisas, os autores referenciados, citam duas linhas de trabalho, que apesar de apresentarem semelhanças, distinguem-se nos seus objetivos:

- **A educação do movimento** que prioriza o aspecto motor na formação do educando, isto é, desenvolvimento das habilidades motoras (correr, saltar, arremessar, empurrar, puxar, balançar, balancear, subir, descer, andar), da capacidade física (agilidade, destreza, velocidade, velocidade de reação) e das qualidades físicas (força, resistência muscular localizada, resistência aeróbica e resistência anaeróbica).

- **A educação pelo movimento** compreende os aspectos afetivos, cognitivos e sociais.

[...] é uma educação psicomotora de base, que visa atingir a criança no plano afetivo (isto é, na capacidade de se relacionar com os outros e com as coisas) e no desenvolvimento funcional, seja na capacidade de ajustamento, seja na organização dos campos exteroceptivo (percepção espaço-temporal) e proprioceptivo (percepção do corpo e das sensações). [...] visa conjugar os fenômenos motores, intelectuais e afetivos, garantindo ao homem melhores possibilidades na aquisição instrumental e cognitiva, bem como na formação da sua personalidade. (COLLELLO, 1995 apud MATTOS e NEIRA, 2003, p. 19)

Ressalta-se que a educação pelo movimento fundamenta-se nos trabalhos de Jean Le Boulch que são embasados nas ideias de Piaget, Vygotsky, Wallon, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.

Para alfabetizar-se, para adquirir o raciocínio lógico matemático ou para apreender qualquer outra espécie de conteúdo o caminho obrigatório é a passagem pelo movimento, a raiz de toda a construção de conhecimentos. Só uma visão elaborada de si mesmo, uma compreensão do mundo que a cerca e uma sintonia com esse mundo constituirão os fundamentos para aquisições futuras. (COLLELLO, 1995 apud MATTOS e NEIRA, 2003, p. 27)

Para Le Boulch (1988, p.24), a Educação Física

Deverá ser considerada como uma educação de base na escola [...]. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares e escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência. Deve ser praticada desde a mais tenra idade, conduzida com perseverança, permite prevenir inaptações, difíceis de corrigir quando já estruturada.

A Educação Física deve ser vista como eixo aglutinador de conhecimentos: psicomotores (físico-motores), capacidades cognitiva/linguísticas (percepto cognitivos) e socioafetivos, tendo papel fundamental no contexto da alfabetização, através das atividades de movimento, promovendo o aprendizado da leitura e da escrita numa configuração lúdica.

Aspectos Psicomotores:

Esta dimensão prevê a articulação dos movimentos com diferentes tipos de materiais em diferentes situações de jogos, ginásticas e danças. Envolve também o desenvolvimento das estruturas óssea, muscular, cardiorrespiratória e o vigor do organismo em geral. São trabalhadas as capacidades físicas de: resistência, força, velocidade, agilidade, coordenação e flexibilidade.

De acordo com MATTOS e NEIRA (2003) dada à especificidade do trabalho motor, pode-se inferir como:

- Conhecimento de si: o esquema corporal.
- Conhecimento do meio: a estruturação espacial.
- Conhecimento das relações com o meio: a orientação temporal.

Aspectos Cognitivos:

Esta dimensão pressupõe os processos perceptivos vinculados discriminação visual, tátil, auditiva e cinestésica⁶/sinestésica⁷. Abrange a consciência que a pessoa tem de seu próprio corpo e de como ele se movimenta, de sua posição no espaço e da sua relação com o ambiente a sua volta e envolve também a compreensão e o entendimento das regras nos jogos e os mecanismos cognitivos para resolução de problemas nos diferentes tipos de conteúdos e atividades.

Aspectos Socioafetivos:

Este aspecto envolve a compreensão e o entendimento das regras no jogo e os mecanismos cognitivos para a resolução de problemas nos diferentes tipos de conteúdos. Esta dimensão está vinculada com a forma de relacionamento grupal e o processo de articulação de diferentes pontos de vista. O exercício do respeito mútuo e do diálogo para resolver conflitos favorece a aprendizagem da autonomia moral e intelectual que estão entre os principais objetivos do processo educacional.

Portanto, a Educação Física tem no movimento e na ludicidade um grande aliado no que diz respeito ao desenvolvimento, tanto físico quanto intelectual das crianças, por possibilitar aos estudantes desenvolverem as habilidades da cultura corporal, estimular o desenvolvimento das capacidades de pensamento e a criatividade infantil, além de ser fator de desenvolvimento da força, do controle muscular, do equilíbrio orgânico, físico e psicológico da criança.

Nesse sentido, **o jogo** é um espaço educativo fundamental da infância e auxilia no processo ensino-aprendizagem de muitas áreas, inclusive leitura e escrita, contribuindo também para as crianças desenvolverem suas capacidades de imaginação e interpretação.

As brincadeiras permitem às crianças identificar, classificar, agrupar, ordenar, seriar, simbolizar e ao mesmo tempo, desenvolverem a atenção, concentração, melhorando assim, a expressão corporal e a postura, é neste momento que a criança pode se expor, deixar as diferenças e dificuldades. Nesse espaço se dá outra forma de aprendizado e de alfabetização, pois ler não é só decifrar e escrever não é só copiar. (FERREIRO, 2001).

Compreende-se assim que as brincadeiras lúdicas são de extrema importância para o desenvolvimento quanto para o aprendizado dos estudantes. É através de brincadeiras que o professor tem oportunidade de adentrar no universo da criança. Portanto o brincar deve ser oportunizado e visto como uma atividade legitimamente escolar.

⁶ Cinestésica – relativo à comunicação por meio dos movimentos corporais.

⁷ Sinestésica – relativo à combinação dos sentidos – interpretação de uma sensação por meio do esforço neurológico.

De acordo com Piaget (2003), o caráter educativo do brincar é visto como uma atividade formativa, que pressupõe o desenvolvimento integral do sujeito, quer seja, na sua capacidade física, intelectual e moral, como também na constituição da individualidade, na formação do caráter e da personalidade de cada um.

Esse autor enfatiza que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança. Estas atividades não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual.

Desta maneira, a educação Física tem papel indispensável no desenvolvimento integral dos estudantes, principalmente da Escola Especializada. Assim, o professor da disciplina de Educação Física deverá trabalhar de forma colaborativa e integrada com demais professores para propiciar atividades que auxiliem aos estudantes na apropriação do código linguístico, ou seja, nos pré-requisitos necessários para a alfabetização, letramento e vida autônoma.

2- O Ensino da Arte

Por muito tempo a disciplina de Arte foi depreciada no campo educacional, por vezes, o professor dessa disciplina tornou-se, até mesmo, alvo de *Bullying* entre seus pares e os conteúdos dessa ciência foram utilizados apenas para preencher 'buracos' na grade horária escolar, apresentando-se nos currículos como Educação Artística, Desenho e/ou Trabalhos Manuais.

Aos poucos a disciplina de Arte configurou-se em objeto de estudos e vêm conquistando espaços nas políticas educacionais.

Assim, a LDBEN 9394/96 no parágrafo 2º do seu artigo 26 reconhece o ensino de 'arte' como componente obrigatório em todos os níveis da Educação Básica, com a premissa de promover o desenvolvimento cultural dos estudantes.

Diante das inúmeras dificuldades que os profissionais, que atuam nas escolas especializadas, enfrentam no dia a dia na proposição de atividades que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiências, as aulas de arte sugerem oportunidades para aprimorar suas aprendizagens nos seus aspectos cognitivo, psicomotor, socioafetivo, ético e estético.

O componente curricular de Arte apresenta-se, na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações como parte da área de Linguagens, subdividas em: artes visuais, dança, música e teatro, articulando o conhecimento às seis dimensões: criação crítica, estética, expressão, fruição e reflexão, em todas as etapas de escolarização.

A partir das diferentes linguagens verbais e não verbais (oral ou viso-motora, como Libras, e escrita), corporais, visuais, sonoras e digitais, pretende-se proporcionar aos estudantes que se expressem e compartilhem informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, oferecendo assim diversas formas de comunicação, oportunidades de expressão, desenvolvendo a criatividade e favorecendo a socialização.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI conceitua a criança como um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

Implicitamente a Arte traz associada a ludicidade, a qual oportuniza além da diversão, o aprendizado e a interação. Portanto, há uma preocupação de que na transição da Educação infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental seja dada continuidade à proposição de atividades artísticas de forma lúdicas, pois esta colabora e integra o repertório de conhecimentos na nova etapa da vida escolar da criança.

Por que ensinar Arte no processo de Alfabetização?

O Ensino de Arte amplia as possibilidades de compreensão de conhecimento e de mundo e colabora para um melhor entendimento dos conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, tais como Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia entre outras.

Ensinar arte no processo de alfabetização para estudantes público-alvo das escolas especializadas é antes de tudo pensar nas especificidades individuais de cada estudante, na perspectiva sensorial e também no diagnóstico (para não propor atividades que possam prejudicá-lo), sabendo-se que são únicos com suas potencialidades e dificuldades, sendo assim é necessário que seja elaborado um plano de atendimento individualizado.

Além disso é imprescindível um trabalho coletivo entre os profissionais, regente de classe e Arte, afim de obterem sucesso no desenvolvimento do ensino e aprendizagem do estudante.

Conforme Barbosa (2005, p. 27-28), “não se alfabetiza fazendo apenas as crianças juntarem as letras. Há uma alfabetização cultural sem a qual a letra pouco significa. A leitura social, cultural e estética do meio ambiente vai dar sentido ao mundo da leitura verbal”.

O processo de alfabetização através da imagem é bastante positivo, pois desperta no estudante habilidades e estratégias para construir o conhecimento.

A necessidade de alfabetização visual vem confirmando a importância do papel da Arte na Escola. A leitura do discurso visual, que não se resume apenas à análise de forma, cor, equilíbrio, movimento, ritmo, mas principalmente é centrada na significação que esses atributos, em diferentes contextos, conferem à imagem é um imperativo de

contemporaneidade. Os modos de recepção da obra de Arte e da imagem ao ampliarem o significado da própria obra a ela se incorporam (BARBOSA, 2003, p.18).

As imagens são grandes atenuadores no processo de aprendizagem, pois, quando a pessoa tem dificuldade em decodificar o código escrito ou quando a criança começa a entender o mundo, são as imagens que fazem a ligação delas com o meio através dos símbolos, como placas, desenhos e figuras ou até mesmo mídias, como a televisão, utilizando os desenhos animados para que a criança aprenda valores e reconheça os objetos.

Cabe enfatizar que o trabalho com arte nos anos iniciais, deve possibilitar ao estudante o acesso à cultura e à arte, à produção, à reprodução e às experiências artísticas de modo articulado:

- O acesso à cultura e à arte acontece através da apreciação às diferentes manifestações e visitas aos espaços culturais da comunidade e da cidade. Por outro lado, é necessário trazer a arte e a cultura para a escola pelo aporte dos artistas locais para apresentações, exposições e oficinas;
- Produção e experiências artísticas abrangem diversas áreas através da pintura, escultura, elaboração de vídeos, dança, teatro, canto, participação em grupos vocais e instrumentais, entre outras propostas.

Destaca-se que o professor de Arte deve fazer a diferença na vida e no desenvolvimento dos estudantes com deficiências. Para isso deve ficar atento para os sinais de alterações no desenvolvimento que este vem apresentando. Ainda, deve organizar suas atividades considerando as particularidades e limitações de cada estudante, lembrando que a ação pedagógica é voltada para o potencial deste e não para sua deficiência. Este é o desafio, saber atender à diversidade dos estudantes.

Desde que a LDBEN 9394/96 assegura que as aulas de Educação Física e Arte são componentes obrigatórios na Educação Básica em qualquer uma das modalidades de ensino, a SEED/DEE tem possibilitado que as aulas de Educação Física e Arte⁸ na Educação Infantil sejam também ministradas por profissional habilitado nas respectivas disciplinas com especialização em Educação Especial. Esses profissionais devem seguir os axiomas indicados nos Referenciais Curriculares do Paraná: princípios, direitos e orientações e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI para a organização de seus Planos de Trabalhos Docentes.

Desta forma, os professores das disciplinas de Educação Física e de Arte, articulados ao professor regente formam um tripé fundamental que potencializa a transformação das experiências vivenciadas pelos estudantes (tanto da Educação Infantil, quanto do Ensino Fundamental) em aprendizado, aos quais, ao longo da vida, muito mais será acrescentado.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. **Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports**. Washington, DC: AAIDD, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639/03**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em agost. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 11.645/08**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em agost. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº. 20/2009 de 11 de novembro de 2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica - CEB. dez. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CEB nº 05/97, de 07/05/1997**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb005_97.pdf>. Acesso em abril de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº5/2009, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 03/2010, de 15 de junho de 2010. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: SEEAP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 18 Set.2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão – Brasília: 2004**

CERQUEIRA, Maria T. A. – in Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2007 / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. – Curitiba: SEED – Pr., 2011. – (Cadernos PDE) ISBN: 978-85-8015-037-7 1. Formação continuada-Paraná. 2. Professor-Paraná. 3. Educação-Paraná. 4. Programa de governo. 5. Formação de docentes. 6. Escola pública-Paraná. 7. Educação básica-Paraná. I. Silva, Márcia Maria da, org. II. Bach, Maria Regina, org. III. Rodakiewski, Paula, org. IV. Programa de Desenvolvimento Educacional. V. Paraná. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. VI. Título. VII Série.

FALVEY, M. A. **Community:** Based Curriculum Instructional Strategies for students whit Severe Handicaps. Baltimore: Paulo Brooks, 1982.

FERREIRO, Emília. **Cultura, escrita e educação:** Conversas de Emília Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GODOY, R. P.; KOBAL, M.C.; MAGALHÃES, J.S.; FURLONI, V.M.C. A **Educação Física nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Jaguariúna/SP**. In: Simpósio Regional de Educação Física da FaEFi – PUC Campinas: Educação Física Escolar, Exercício e Saúde e Esporte de Aventura. Campinas, junho, 2007.

LEBLANC, J. M. **El Curriculum Funcional em la educación de la persona com retardo mental**. Trabalho apresentado na ASPANDEM, Mallagra. España, 1992. Tradução: ALMEIDA, M. A.; BOUERI, I.Z.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento Psicomotor**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

_____, Jean. **O desenvolvimento psicomotor:** do nascimento aos 6 anos. Tradução de A. G. Brizolara. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

_____, Jean. **Educação psicomotora:** a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259 p.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x2r_Fxrdf6c>. Acesso em maio 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar:** eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

MATTOS, M. G; NEIRA, M.G. **Educação Física Infantil:** Construindo o movimento na Escola. 4ª ed. Guarulhos,SP: Phorte, 2003.

MORTATTI, M.R.L. **HISTÓRIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL**. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", 2006.

Disponível em: <<http://www.unijipa.edu.br/arquivos/historia-dos-metodos-dealfabetizacao.pdf> > Acesso em: 15 de setembro de 2018.

Nakajim Patrícia. **A Importância da arte para a alfabetização e para o professor alfabetizador.** Diálogos Educacionais em Revista, vol. 4, nº1, 2013. Link: <http://dialogoseducacionais.semed.capital.ms.gov.br/index.php/dialogos/article/view/75> / (contido no CD)

Oliveira, Ana Maria Pereira de; Sopelsa, Ortenila. **A Alfabetização nos Anos Iniciais Mediada pelo Ensino da Arte.** UNOESC. Eixo Temático: Processos do ensino e da aprendizagem. Link: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/download/.../619> / (contido no CD)

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 002/2002** – CEE/PR. [http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/bb7cccb67074826503256f4800653a4b/4f92cce4f4a2531003256c1d0049bba4/\\$FILE/_h8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30cg_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/bb7cccb67074826503256f4800653a4b/4f92cce4f4a2531003256c1d0049bba4/$FILE/_h8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30cg_.pdf). Acesso em abril de 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Arte.** SEED/DEB. Link: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_arte.pdf

_____. **Diretrizes orientadoras para os anos iniciais.** SEED/DEB. Link: <http://ensinoreligiosonreapucarana.pbworks.com/f/DIRETRIZ+ENSINO+FUD.+9+ANOS.pdf>.

_____. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações.** 2018. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_paraná_pr_eliminar.pdf

_____. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Estudos para discussão sobre concepção de currículo e organização da prática pedagógica.** Curitiba: SEED, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/cge>>. Acesso em: jun 2015.

_____. SEED/SUED. **Estudos para discussão sobre concepção de currículo e organização da prática pedagógica.** Curitiba: SEED, 2009. (Orientações para a Organização da Semana Pedagógica – Fevereiro/2009). Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/cge>.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução N° 22/2017–SUED/SEED.** Disponível em:< <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao0222017sued.pdf>> Acesso em maio 2018.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução nº 024/2012 - SEED/SUED.** Disponível em:< <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes%202012%20sued%20seed/instrucao242012brigada.pdf>>. Acesso em maio 2018.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Orientações Curriculares da Educação Básica.** Curitiba: SEED, 2008. > Acesso em maio 2018.

_____. **PARECER CEE/CEIF/CEMEP 07/14** de 07 de maio de 2014. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2014/Bicameral/pa_bicameral_07_14.pdf

_____. **Parecer CEE/CP N° 10/17** de 21 de setembro de 2017. Disponível em http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2017/CP/pa_cp_10_17.pdf.

_____. **PARECER CEE/Bicameral nº 128/18** de 08 de novembro de 2018 Disponível em: (página do CEE/PR)

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. 3ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Ática 2003.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

SETÚBAL, M. A. (Org.). **Raízes e asas**. São Paulo: Centro de Pesquisa para Educação e Cultura, 1994.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

SUPLINO, M. **Currículo Funcional Natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. P.: 21 cm. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência; v. 11,p.73).

TAQUES, Mariana F.; CARVALHO, Paulla Helena S. de; BÖNI, Ana Carolina S. Duarte; FANK, Elisane; LEUTZ, Marilda Alberton. **O papel do pedagogo na gestão: possibilidades de mediação do currículo**. Portal Educacional do Estado do Paraná. Superintendência da Educação, Coordenação de Gestão Escolar, Função do Pedagogo. Disponível em: . Acesso em: 14/10/2010.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A., RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto político-pedagógico uma construção possível**. 24.ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.